

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71

SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	03
Balanços patrimoniais	06
Demonstrações do resultado do exercício	07
Demonstrações do resultado abrangente	08
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	09
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas as demonstrações financeiras	11



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Administradores do
Pro Criança Cardíaca
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Pro Criança Cardíaca (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Harisson Ferreira da Silva
Contador CRC RJ-126.908/O

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.141.248	11.151.235
Estoque		283.915	255.130
Despesas antecipadas		5.369	2.626
Outros créditos		15.718	12.633
		12.446.250	11.421.624
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	29.669.207	26.183.193
Depósitos judiciais		261.542	256.984
Propriedade para investimento	6	29.816.287	31.487.801
Imobilizado		2.790.235	2.874.299
		62.537.271	60.802.277
Total do ativo		74.983.521	72.223.901
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		233.506	350.149
Salários e encargos sociais		421.278	268.784
Obrigações tributárias a recolher		35.529	23.962
Outras obrigações		2.180	7.049
		692.493	649.944
Patrimônio líquido			
Patrimônio Social	8	104.784.620	104.784.620
Déficit Acumulado		(30.493.592)	(33.210.663)
		74.291.028	71.573.957
Total do passivo e patrimônio líquido		74.983.521	72.223.901

Demonstrações do resultado do exercício
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta			
Receita de doação		2.335.088	1.955.946
Doação pessoa jurídica		24.500	508.299
Doação pessoa física		1.970.675	1.189.739
Doações internacionais		-	6.547
Doações materiais		85.466	89.617
Doações de gêneros alimentícios		249.449	161.744
Doação patrimonial		4.998	-
Receitas de arrendamento	9	5.485.532	5.228.207
Receita Fixa		5.485.532	5.228.207
Receita de venda de mercadorias		11.522	15.056
(-) Deduções da receita		(2.813)	(14.304)
Receita Líquida		7.829.329	7.184.905
(-) Custos dos serviços prestados e atividades	10	(9.817.431)	(9.171.429)
(-) Serviços hospitalares e ambulatoriais gratuitos		(5.014.410)	(4.741.858)
(-) Custo com atendimentos hospitalares		(3.807.894)	(3.418.798)
(-) Serviços voluntários		(981.534)	(995.593)
(-) Materiais e medicamentos		(10.732)	(13.908)
(-) Custo das mercadorias vendidas		(2.861)	(1.272)
(=) Déficit Bruto		(1.988.102)	(1.986.524)
(-) Despesas operacionais		(6.588.902)	(6.117.054)
(-) Despesas com pessoal		(2.508.227)	(2.523.147)
(-) Serviços contratados		(1.616.419)	(1.311.022)
(-) Despesas administrativas		(677.534)	(510.399)
(-) Depreciação e amortização		(1.786.724)	(1.772.486)
Outras receitas operacionais		6.027.382	5.841.999
Serviços hospitalares e ambulatoriais gratuitos		5.014.410	4.741.858
Serviços voluntários		981.534	995.593
Receita Variável		9.395	104.548
Outras Receitas		22.043	-
(=) Superavit (déficit) antes do resultado financeiro		(2.549.622)	(2.261.579)
Resultado financeiro líquido		5.266.693	2.635.523
Rendimentos de aplicações financeiras		5.296.450	2.652.896
Outras receitas financeiras		102	2.009
Despesas financeiras		(29.859)	(19.382)
(+/-) Outras receitas e despesas		-	(118.112)
(+/-) Resultado na alienação de ativos		-	(118.112)
(=) Superavit do exercício		2.717.071	255.832

Demonstrações do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Superavit do exercício	2.717.071	255.832
Outros resultados abrangentes	-	-
(=) Resultado abrangente do exercício	2.717.071	255.832

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$)

	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	104.784.620	(33.466.495)	71.318.125
Superávit do exercício	-	255.832	255.832
Saldo em 31 de dezembro de 2024	104.784.620	(33.210.663)	71.573.957
Superávit do exercício	-	2.717.071	2.717.071
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.784.620	(30.493.592)	74.291.028

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	2.717.071	255.832
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciação e amortização	1.786.723	1.768.022
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(3.486.014)	(1.580.808)
Outros	-	122.573
	1.017.780	565.619
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Estoques	(28.784)	(22.693)
Despesas antecipadas	(2.743)	(2.626)
Depósitos judiciais	(4.559)	(5.311)
Outros créditos	(3.085)	6.079
Fornecedores	(116.643)	247.283
Salários e encargos sociais	152.494	(127.146)
Obrigações tributárias a recolher	11.567	(37.179)
Outras obrigações	(4.868)	3.060
	3.379	61.467
Caixa líquido gerado pelas operações	1.021.159	627.086
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos e imobilizado	(31.146)	(86.349)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(31.146)	(86.349)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	990.013	540.737
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.151.235	10.610.498
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.141.248	11.151.235
	990.013	540.737

PRO CRIANÇA CARDÍACA
Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025

(Em R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Pro Criança Cardíaca (“Entidade” ou “Associação”) é uma associação sem finalidade de lucro, beneficente, de assistência social e filantrópica, com âmbito de atuação nacional. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

- Promover o atendimento e tratamento médico, cirúrgico, odontológico, psicológico, nutricional e assistencial gratuito para crianças e adolescentes carentes portadores de cardiopatia;
- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando à proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social; inclusive apoiando as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela Associação.

A Associação possui filial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Dona Mariana nº 220 – Mezanino, Botafogo, CEP 22280-020, com o objetivo de viabilizar a venda de produtos do Pro Criança Cardíaca, sejam de fabricação própria ou de parcerias colaborativas, como atividade meio da Associação com a finalidade de arrecadação de fundos para a sua sustentabilidade e cumprimento do objeto social, podendo tal filial atuar em atendimento presencial e/ou via e-commerce.

1.1) Serviços Hospitalares

Em 21 de dezembro de 2018, a Entidade celebrou o contrato de locação do imóvel onde se instala a unidade de negócio Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista (Hospital); tendo como parte relacionada na transação a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com início em 01 de março de 2019 e término em 28 de fevereiro de 2034.

Considerando os valores pactuados neste instrumento, a Entidade mantém a sua capacidade de atividades de serviços de saúde, em sua unidade ambulatorial, integralmente gratuitos para os seus beneficiários. Ademais, para os beneficiários que necessitam de cirurgias cardíacas, a pactuação permite também a realização de procedimentos cirúrgicos e exames relacionados, no Hospital, em parte financiados pela CSV.

O contrato de locação do imóvel e de cessão de ônus para exploração econômica do Hospital garante a sustentabilidade econômica de longo prazo da Entidade.

1.2) Loja de Produtos

Em 16 de novembro de 2021, a Entidade obteve a regularização de sua filial, ficando apta e em conformidade para passar a operar no comércio varejista, vendendo produtos da própria Entidade e/ou de parceiros com a renda revertida integral ou parcialmente para o Projeto. A operação efetiva teve início em 08 de março de 2022.

As vendas concentram-se em um quiosque localizado no mezanino do Hospital Pro Criança Jutta Batista, além de ocorrerem em menor proporção também na sede da Entidade e em eventos beneficentes ou solidários aos quais o Pro Criança é convidado a expor seus produtos. A abertura da filial constitui-se parte essencial do planejamento estratégico traçado pela Administração para valorizar a marca da Entidade e ampliar seu poder de captação, junto às empresas e possíveis novos doadores.

2 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 10 de junho de 2026.

2.2) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3) Moeda funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideraram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, que são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Estimativa das vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade;
- (b) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, como estimativas de probabilidade de perdas para contingências;
- (c) Estimativa de valorização dos atendimentos ambulatoriais; e
- (d) Estimativa de valorização dos trabalhos voluntários ao valor justo.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3.1) Regime de competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos exercícios a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.2) Segregação de atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.3) Caixa e Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição.

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

3.4) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros da Entidade são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 5). Os passivos financeiros da Entidade estão substancialmente representados por fornecedores (nota explicativa nº 8).

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.5) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (fundos de investimentos) representam aplicações financeiras com utilização restrita e de longo prazo. Tal medida foi tomada com foco na gestão financeira, para constituir e preservar uma reserva de fundos, para lastro em uso de situações operacionais dificultosas ou novos investimentos.

3.6) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.7) Redução ao valor recuperável

Em cada data de divulgação, a Entidade aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.

3.8) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.9) Receitas de doações

As receitas de doações são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer à instituição. Desta forma, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.10) Serviços voluntários obtidos

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e seus conselheiros, no exercício de suas funções, é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3.11) Renúncia fiscal – Imunidade e isenções fiscais usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações financeiras como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de Entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

3.12) Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio dos atendimentos médicos, é reconhecido pelo valor do custo efetivamente incorrido. Da mesma forma, é mensurado ao custo, o benefício reconhecido como gratuidade obtida por meio de procedimentos hospitalares realizados.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1.986	1.429
Banco conta movimento	68.665	179.986
Equivalentes de caixa	12.070.597	10.969.820
Total	12.141.248	11.151.235

Os equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações sem modificação significativa de valor.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são remuneradas com base em percentuais da variação do certificado de depósito interbancário (CDI).

5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Administração mantém seus excedentes de caixa em Fundo de carteira de Investimento administrada pela JGP Wealth Management, diversificando suas aplicações financeiras. Esses investimentos não possuem a expectativa de serem resgatados dentro de um período inferior a 12 meses e não são mantidos para negociação. Portanto, classificados no longo prazo.

A carteira é segregada conforme a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Renda fixa	23.026.086	18.893.785
Multimercado	5.235.934	4.943.689
Carteira oportunística	1.411.432	1.184.592
Long short	-	671.507
Renda variável	-	493.965
Outros	(4.245)	(4.345)
Total	29.669.207	26.183.193

6 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo método de custo amortizado e são compostas por um imóvel destinado a geração de renda de aluguéis e imóveis decorrentes de doação recebida via inventário de pessoa física. Entretanto, o imóvel recebido em doação encontra-se gravado com usufruto em favor de terceiro, impossibilitando sua utilização para geração de receitas pela entidade.

	Imóvel - Hospital	Outros	Total
Saldo em 2023 (não auditado)	33.154.735	4.761	33.159.496
Amortização	(1.671.695)	-	(1.671.695)
Saldo em 2024	31.483.040	4.761	31.487.801
Amortização	(1.671.514)	-	(1.671.514)
Saldo em 2025	29.811.526	4.761	29.816.287

7 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação de risco tem objetivo classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas. Não foram identificadas causa prováveis de perda, portanto não existe provisão relacionada. Foram identificadas contingências com a probabilidade possível de perda da Entidade em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$5.241.754 referente a processos cíveis e R\$ 126.474 referentes a processos trabalhistas.

8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Entidade é composto dos superávits e déficits acumulados das atividades correntes da Entidade, os quais são integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

9 – RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Em 1 de março de 2019, iniciou-se o contrato de arrendamento do imóvel do Hospital; tendo como parte relacionada a Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com término previsto em 28 de fevereiro de 2034.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade auferiu o total de R\$ 5.485.532 (R\$ 5.228.207 em 31 de dezembro de 2024), referente à receita decorrente deste contrato.

10 – CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES

Os custos da Entidade se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

Através do sistema de centros de resultado implantado na Entidade, é possível segregar todos os gastos da sede, isolando especificamente aqueles que se referem efetivamente a atividade fim da Entidade, possibilitando classificá-los como Custo, tais como:

- Consumo de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração de refeições dos pacientes;
- Materiais utilizados em exames e no serviço de apoio à diagnose e terapia;
- Valor de honorários médicos vinculados aos atendimentos e procedimentos realizados; e
- Outros valores aplicados em atividades destinadas a assistência social de pacientes.

11 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DOS DIRIGENTES ESTATUTÁRIOS

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensal	Anual	Mensal	Anual
Diretora Presidente	30.054	360.648	28.743	344.916
Diretor Administrativo-Financeiro	30.054	360.648	28.743	344.916
Total	60.108	721.296	57.486	689.832

12 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

12.1) Característica da imunidade

O Pro Criança Cardíaca é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional e, por isso, imune no qual usufrui das seguintes características:

- A Entidade é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); e
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

12.2) Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Financeiras, Diário e Razão), onde demonstram:

- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); e
- Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a Porto Seguro, uma das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo a proteção do imóvel situada na Rua Dona Mariana, 40, Botafogo, Rio de Janeiro RJ, e tem como cobertura as seguintes aplicações: Incêndio, explosão, fumaça e queda de aeronave, danos elétricos, equipamentos eletrônicos sem cobertura de subtração, subtração de bens, impacto de veículos, vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo, perda de aluguel, despesas fixas, responsabilidade civil e vazamento de tanques ou tubulações.

14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil.

Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo;
- Títulos e valores mobiliários – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo; e
- Contas a pagar – registrados pelos valores originais, acrescidos da atualização monetária aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e não existe descolamento significativo entre o valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros.
